



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR

THE HISTORICAL CHALLENGES IN FAMILY FARMING

LOS DESAFÍOS HISTÓRICOS EN AGRICULTURA FAMILIAR

Antonio José Santos¹, Marcia Maria Rodrigues Sá², Nelson José Thesing³

e3122319

<https://doi.org/10.47820/recima21.v3i12.2319>

PUBLICADO: 12/2022

RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal, investigar a agricultura familiar, seu processo de contribuição para o desenvolvimento socioeconômico. Essa temática desperta interesse para pesquisadores, agricultores de economia familiar, políticas públicas. A trajetória da pesquisa trilha um diálogo com os aportes teóricos de Bourdieu para análise e reflexões, da natureza, das especificidades e dos fundamentos para com a agricultura familiar. Para investigar esse processo, os caminhos metodológicos contam com a pesquisa bibliográfica, descritiva, qualitativa sobre a agricultura familiar. Os resultados da pesquisa permitem as especificidades da agricultura familiar, ao se constituir, se organizar e sobreviver ao longo da história, o que remete ao papel da importância da agricultura familiar no contexto rural brasileiro, de maneira particular no que diz respeito à sua resiliência em um quadro de concentração da produção e de esvaziamento demográfico do campo. Aponta-se como sugestão, que para maior qualificação dessa discussão, se faz necessário de três fatores: primeiro, a análise dos avanços na área conceitual; segundo, a realização de pesquisas empíricas junto ao setor; e terceiro, a importância de novos olhares a respeito da diversidade setorial e regional no Brasil, considerando as diversidades para sua definição e modalidades de agricultura familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultura familiar. Bourdieu. Sustentabilidade.

ABSTRACT

The main objective of this study is to investigate family farming, its process of contribution to socioeconomic development. This theme arouses interest for researchers, farmers of family economy, public policies. The trajectory of the research tracks a dialogue with Bourdieu's theoretical contributions for analysis and reflections, nature, specificities and foundations for family farming. To investigate this process, methodological paths rely on bibliographic, descriptive, qualitative research on family agriculture. The results of the research allow the specificities of family farming, by constituting, organizing and surviving throughout history, which refers to the role of the importance of family farming in the Brazilian rural context, particularly with regard to its resilience in a framework of concentration of production and demographic emptying of the field. It is pointed out as a suggestion, that for greater qualification of this discussion, it is necessary three factors: first, the analysis of advances in the conceptual area; second, the conduct of empirical research with the sector; and third, the importance of new perspectives on sectoral and regional diversity in Brazil, considering the diversities for its definition and modalities of family farming.

KEYWORDS: Family farming. Bourdieu. Sustainability.

RESUMEN

El objetivo principal de este estudio es investigar la agricultura familiar, su proceso de contribución al desarrollo socioeconómico. Este tema despierta interés para investigadores, agricultores de economía familiar, políticas públicas. La trayectoria de la investigación sigue un diálogo con las contribuciones teóricas de Bourdieu para el análisis y las reflexiones, la naturaleza, las especificidades y los fundamentos de la agricultura familiar. Para investigar este proceso, las rutas metodológicas se basan

¹ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI

² Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI

³ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul - UNIJUI



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

en la investigación bibliográfica, descriptiva y cualitativa sobre la agricultura familiar. Los resultados de la investigación permiten las especificidades de la agricultura familiar, al constituir, organizar y sobrevivir a lo largo de la historia, que se refiere al papel de la importancia de la agricultura familiar en el contexto rural brasileño, particularmente con respecto a su resiliencia en un marco de concentración de la producción y vaciamiento demográfico del campo. Se señala como sugerencia, que para una mayor calificación de esta discusión, es necesario tres factores: primero, el análisis de los avances en el área conceptual; segundo, la realización de investigaciones empíricas con el sector; y tercero, la importancia de nuevas perspectivas sobre la diversidad sectorial y regional en Brasil, considerando las diversidades para su definición y modalidades de agricultura familiar.

PALABRAS CLAVE: Agricultura familiar. Bourdieu. Sostenibilidad.

INTRODUÇÃO

As unidades de economia familiar que constituem a agricultura familiar, apresentam especificidades que as distingue dos produtores rurais, que seguem a lógica produtivistas, a produção de mercadorias. Por conseguinte, ao seguir a lógica produtivista, os grandes conglomerados agrícolas apropriam-se de terras apenas como mercadoria sob a justificativa de desenvolvimento territorial.

No entanto, os estabelecimentos familiares são os que geram postos de trabalho no meio rural, enquanto os grandes estabelecimentos dependem de uma média de 67 hectares para geração de um posto de trabalho, já os estabelecimentos familiares demandam de apenas 8 hectares, uma diferença significativa. Para além, aponta IBGE (2017), 3.897.408 estabelecimentos (considerando os que atenderam os critérios da lei), ou seja, 77% ocupam 81 milhões de hectares, representando apenas 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários do Brasil.

Dessa forma, a agricultura familiar pode ser entendida como uma construção social, ou seja, existe uma relação com a terra está para além de enxergá-la apenas como meio de produção de mercadorias, mas sim, de produção de vida. Corroborar Schneider (2004), ao afirmar que cada lugar tem a sua história, que necessita contar com a economia solidária, com a cooperação entre os seus protagonistas.

Não obstante, a agricultura familiar, pelo seu histórico de exclusão, necessita contar com as políticas públicas, que de certa forma, por um longo período da história, não eram contempladas. Para Santos (2001), a agricultura familiar só se viabiliza a partir de uma economia solidária, pelo uso de novas tecnologias, bem como, com a diversificação dos meios tradicionais de produção. Assim, as formas coletivas de produção e comercialização se apresentam como alternativas concretas mediante a prática de cooperação, de associativa, com o apoio das políticas pública.

Tem-se presente que as políticas públicas não são apenas de responsabilidade dos governos, mas também necessitam da presença de organizações associativistas e cooperativistas, do movimento sindical. Desta forma, a organização e a formulação das estratégias em benefício da agricultura familiar podem ser protagonizada pelos atores locais, instituições privadas e políticas, organizações não governamentais e o próprio poder público com o intuito de desenvolver o local (BUARQUE, 1999).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

Tem-se presente que a competição desenfreada, o aquecimento do mercado de terras, desafiam a unidade de produção agrícola familiar, para atender as determinantes do mercado, que é um problema a ser superado. Para o agricultor familiar, a decisão de permanecer na atividade tem questões determinantes, mesmo que seja por razões afetivas ou até mesmo culturais. As razões econômicas não chegam a ser a única determinante. Observa-se que o agricultor familiar, mais intensamente quando ainda no estágio de transição de camponês para agricultor familiar contemporâneo, apresenta uma relação afetiva e prática com a terra, dedicando tempo e esforço físico à sua unidade de produção, sem levar em consideração o tempo estabelecidos pelos calendários ou pelo clima. No entanto, somente nos de 1990 essas unidades de produção receberam atenção das políticas públicas.

Por conseguinte, a predominância dos modelos de desenvolvimento baseados fundamentalmente no setor empresarial e as novas formas de concorrência no setor, tem fragilizados a agricultura familiar. Significa a predominância dos modelos de produção para a exportação, ampliando as crises recorrentes na agricultura de pequena escala, a concentração de recursos produtivos em poucos atores. Um processo que necessita das políticas públicas implantadas nos anos de 1990 e que na atualidade não estão sendo contempladas no Brasil.

Desta forma, vale ressaltar que as estratégias de sobrevivência para a agricultura familiar, necessita incorporar novos processos produtivos, para obter ganhos na escala do desenvolvimento. Entre esses avanços poderá estar o consórcio, de maior operacionalidade e flexibilidade que as cooperativas podem oportunizar para obtenção de ganhos de aglomeração e ganhos de escopo ou de funcionalidade específica, quando a agricultura familiar se insere em uma cadeia produtiva na qual a empresa capitalista decida não participar (FANFANI, 2009).

Todas essas mudanças, que são derivadas dessa realidade diferente chamada de nova ruralidade. Nesse sentido, a agricultura tem sido historicamente uma atividade importante para o desenvolvimento local, embora desde meados do século XX e com maior intensidade nas duas décadas mais recentes, ocorreram mudanças transcendentais que são vivenciadas e que afetam tanto a prática quanto os seus respectivos atores. Essas mudanças têm a ver com as próprias modificações nos modelos de produção agrícola em escala mundial e a incorporação à uma economia internacional, bem como o crescimento da urbanização nos mais diversos locais.

O fenômeno da globalização econômica, trouxe um crescente domínio do capital na agricultura, a industrialização da agricultura, a urbanização das comunidades rurais e a abertura econômica e comercial promovida em diversos países. Esses fatores têm modificado definitivamente as características anteriores do setor rural (GÓMEZ, 2002), onde a agricultura familiar tem apresentado um acesso limitado a bens industrializados.

Michael Woods (2007) aponta que nas pequenas cidades surge uma ruralidade, caracterizada pelo surgimento das redes internacionais de bens agroindustriais. Essas redes são dominadas por grandes corporações transnacionais, que operam sob uma estratégia flexível para



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

obter os melhores recursos. Embora os mecanismos de coordenação desenvolvidos no campo às vezes permitem a participação de agricultores, em geral, há um deslocamento de interesses locais.

Porém, nos anos 90 o governo federal criou uma política voltada para os interesses da Agricultura Familiar, instalando o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que passa a reconhecer a importância do agricultor de economia familiar. Em 1996, nasce outra política pública com o objetivo de compensar a falta de estrutura da política econômica para os agricultores familiares, foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), uma linha de crédito que passou a ser um programa governamental com o objetivo de “propiciar condições para o aumento de capacidade produtiva, geração de empregos e melhoria da renda, contribuindo assim para a melhoria da qualidade de vida e a ampliação do exercício da cidadania por parte dos agricultores” (PRONAF, 1996, p. 13).

Em 2006, o IBGE realizou o Censo Agropecuário Brasileiro, onde se verificou a força e a importância da agricultura familiar para a produção de alimento no país. No ano de 2014 a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO) como o ano internacional da agricultura familiar, concretizando assim a importância desse seguimento para a sociedade. No entanto, pelos olhares de Bourdieu (1962), ao verificar a família tradicional, dialoga com a consagrada à família, que contempla uma relação que permeia a casa, a família que se constitui em uma realidade em conjunto, ou seja, realidade social. Portanto, a família passa ser um conjunto de indivíduos, formando uma aliança, pelo casamento, pela filiação.

Assim, os familiares estabelecem relações sociais, que se constitui em categoria, tendo ações norteadoras de forma coletiva na construção de uma realidade coletiva. Um processo que ultrapassa a simples concepção verbal da palavra familiar, tendo presente uma configuração valiosa de relações sociais. Então, a família enquanto uma realidade transcende seus membros, um caráter transpessoal dotado de uma vida e espírito comuns e uma visão particular do mundo. (BOURDIEU, 1962).

Por fim, o presente artigo, para além desta introdução apresenta a fundamentação teórica, os caminhos metodológicos, análise e discussão dos resultados e as considerações finais.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. AGRICULTURA FAMILIAR

Parte do pressuposto de que o desenvolvimento econômico de um país necessita contar com o fortalecimento da agricultura familiar. No entanto, nos últimos anos, as políticas públicas estão bastante distantes deste setor. Nesse sentido, para reverter essa situação, especialmente, ao ter presente a segurança alimentar, seria de bom alvitre que os órgãos públicos, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), a Secretaria da Agricultura Familiar passe a fortalecer o Selo da Identificação da Participação da Agricultura Familiar (SIPAF), para a manutenção da identidade social para a divulgação significativa da agricultura familiar nos produtos de boa qualidade alimentar.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

Entende-se que agricultura familiar é o cultivo da terra por parte de uma família, onde o agricultor tira os produtos para consumo próprio e para possível comercialização. O cultivo é realizado pelos agricultores de economia familiar, tendo a própria família, eventualmente quando esses não atendem à demanda dos serviços necessários é complementado pelo trabalho de terceiros. Infere-se que agricultura familiar mudou muito nos últimos anos, vale ressaltar que até pouco tempo atrás os agricultores não eram reconhecidos como categoria social.

Portanto, de acordo com as especificações da Lei 11.326, de 24 de julho de 2006, para ser considerado Agricultor Familiar, esse necessita atender alguns requisitos como: 1) não possuir propriedade rural maior que quatro módulos fiscais. 2) utilizar predominantemente mão de obra da própria família nas atividades econômicas da propriedade. 3) possuir a maior parte da renda familiar proveniente das atividades agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural (BRASIL, 2006).

Pela "Agricultura familiar entende-se, em termos gerais, uma unidade de produção onde trabalho, terra e família estão intimamente relacionados" (CARNEIRO, 1999, p. 329). Desta forma pode-se concluir que tanto o trabalho do agricultor, quanto a sua produção em família, está interligado, levando em consideração que os proprietários são os mesmos que administram e produzem. Já para Abramovay (1992, p. 22-127): "Agricultura familiar é altamente integrada ao mercado, capaz de incorporar os principais avanços técnicos e responder as políticas governamentais [...] Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converteu-se numa profissão, numa forma de trabalho".

Desta forma, pode-se concluir que a agricultura familiar vem desenhando um cenário dinâmico, ela está se adaptando ao mercado, acompanhando os avanços tecnológicos deixando de ser usada apenas para seu sustento, passando a fazer parte da economia brasileira. Nessa mesma linha de raciocínio, Wanderley (1999, p. 23), afirma que Agricultura familiar é:

Aquela em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo. É importante insistir que esse caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, ou seja, o fato de uma estrutura produtiva associar família-produção-trabalho tem consequências fundamentais para a forma como ela age econômica e socialmente. No entanto, assim definida, essa categoria é necessariamente genérica, pois a combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e espaço, uma grande diversidade de formas sociais.

Complementa Wanderley (1999) que a agricultura familiar é um processo muito amplo, pois consegue envolver o sistema produtivo, de escoamento das mercadorias a comercialização. Contudo, é pertinente afirmar que a agricultura familiar tem sido um tema recorrente nos meios acadêmicos, nas políticas de governo e nos movimentos sociais. Portanto, fomentar, facilitar, incentivar e simplificar a atividade rural é fundamental para que os pequenos produtores encontrem condições de permanecer e crescer na atividade.

Por conseguinte, merece registro que as políticas públicas voltadas para o segmento da agricultura familiar nas últimas décadas, por meio de programas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), os quais oportunizam o



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

escoamento da produção realizada pela agricultura familiar e como consequência positiva a disponibilização de alimentos saudáveis para os consumidores. Na década de noventa foi implantado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado para funcionar como uma linha de crédito do produtor rural, em 1995 pelo decreto nº 2.191 e, em 1996 foi instituído pelo decreto 1.946, voltado para a linha de crédito, visando o financiamento da produção e investimentos, e desde então vem se consolidando como a mais importante ferramenta da política pública visando o segmento da agricultura familiar.

Neste quadro, a sustentabilidade dos espaços rurais está intimamente relacionada ligada a um conjunto de componentes sociais e institucionais tão relevantes quanto aqueles considerados em conceituações tradicionais. Para tanto, é fundamental um processo participativo de definição, monitoramento e avaliação de indicadores de sustentabilidade em suas diversas dimensões: ambiental, social, econômica e institucional. Porém, registra-se que nem sempre o governo atual tem incentivados os programas, quando de sua criação, em governos anteriores.

Nestas diretrizes, o atual governo tem privilegiado os grandes latifundiários que ocupam espaço rural com outras atividades econômicas, estabelecendo assim novos vínculos entre o campo e a cidade. Porém, apresentam desafios no território que possibilite o desenvolvimento sustentável. Chiappe *et al.*, (2008) destacam a dimensão social, o papel das comunidades, das instituições locais, da agricultura familiar, na contribuição do processo de segurança alimentar e dinâmicas econômicas, comerciais e sociais dos territórios locais. As comunidades e as instituições, por sua vez, inseridas em seu ambiente local, podem perceber melhor os desafios para uma gestão integrada e sustentável do território.

2.2 SUSTENTABILIDADE NO CAMPO

Nas últimas décadas, face às profundas transformações rurais e no quadro das abordagens territoriais de um desenvolvimento rural, se apresenta uma preocupação com o significado, o valor, a sustentabilidade das áreas rurais, os modos de vida, do trabalho dos seus habitantes, alguns dos quais sentir-se ameaçado por novas tendências derivadas dos processos de globalização e modernização da agricultura familiar.

Assim, pela transformação produtiva que busca articular a competitividade e as formas sustentáveis na economia do território, para formação de mercados dinâmicos e o desenvolvimento institucional. Um processo que necessita estimular e facilitar o entendimento entre os atores sociais local, o empoderamento do capital social e das redes, além de aumentar a equidade no acesso a oportunidades a vários programas. Portanto, tem-se presente a necessidade de uma visão integrada do território, uma construção social dos diferentes setores e atores que o compõem, a realidade geográfica e física, que reconhece suas próprias características socioeconômicas, ambientais e culturais (BERDEGUÉ; SCHEJTMAN, 2007; LLAMBI; PÉREZ, 2007; CHIRIBOGA, 2003).

A agricultura familiar, para além de buscar os sistemas de produção que levam em conta a sustentabilidade, cultiva a presença das mulheres como atores sociais, especialmente ao acessar



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

novas tecnologia de produção. Registra-se que a presença da mulher nos processos produtivos foi mais lenta no campo do que na cidade. As cidades apresentam estruturas e dinâmicas familiares condicionadas a incorporação das mulheres ao trabalho, à cidadania e à vida política, que mostra os gêneros como construções culturais (CASTELLS, 1998; VALDÉS, 2007; FARAH, 2008).

As contribuições científicas de Katlyn *et al.*, (2013), propõem estudar a sustentabilidade, dos meios de subsistência rurais analisados em relação à pobreza, insegurança alimentar e ausência de acesso aos recursos, sendo a insegurança alimentar um indicador de instabilidade e insustentabilidade dos meios de subsistência. Para melhorar a capacidade adaptativa dos agricultores e das comunidades é essencial para o futuro sustentável dos meios de vida rurais. Sendo a capacidade adaptativa definida como a capacidade individual ou coletiva de modificar a gestão sustentável dos recursos naturais em resposta à corrente, melhorar a resiliência de um sistema e reduzir sua vulnerabilidade, isso permite ir de um sistema em um estado indesejado ou de um sistema desejado (SPEELMAN *et al.*, 2014).

Assim, a capacidade adaptativa de um sistema sustentável é fundamental para desenvolver estratégias que frequentemente se baseiam em redes sociais, reorientação na produção agrícola, melhoria da infraestrutura, melhoria da estrutura organizacional local e diversificação da produção do sistema. No entanto, essas estratégias dependem da disponibilidade de recursos, o que inclui respostas econômicas e institucionais que afetam os sistemas socioeconômicos (SPEELMAN *et al.*, 2014). Já para Danse e Vellema (2007), o interesse em incorporar o conceito de sustentabilidade no ambiente do comércio internacional, aponta maior necessidade na produção, uma vez que, os compradores internacionais, estão cada vez mais exigentes, em função dos novos consumidores.

Para Elder *et al.*, (2013), o arcabouço da produção é medido por três eixos fundamentais que contemplam os aspectos sociais, ambientais e econômicos e cada uma das certificadoras enfatiza se está em um desses aspectos pelo menos ou em todos. Esse entendimento permite a criação de novos nichos de mercado que possuem normas ambientais específicas para a proteção do meio ambiente, saúde e segurança ocupacional, entre outros para a preservação de florestas e aves.

Desta forma, a preocupação com a sustentabilidade nos processos de desenvolvimento aumentou notavelmente nos últimos anos. Diferentes países são entregues orientações a este respeito, assumindo-a como uma responsabilidade que diz respeito a ambos, tanto às autoridades como à sociedade civil. Da mesma forma, houve progresso no design dos mecanismos que permitem sua avaliação, monitoramento e controle, por meio da definição de indicadores ou sistemas de indicadores de sustentabilidade.

Portanto, a sustentabilidade dos espaços rurais remete à permanência no tempo das conquistas de desenvolvimento que estão sendo alcançadas em um território determinado. Isso requer uma série de fatores condicionantes que, em última análise, são associados a uma maior probabilidade de que esta sustentabilidade será concretizada. Para estabelecê-los, é necessário definir indicadores mensuráveis de sustentabilidade, sejam quantitativos ou qualitativos,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

especialmente em termos de situações tão dinâmicas quanto as atuais, que geram desequilíbrios e desigualdades permanentemente.

Por um lado, o desenvolvimento sustentável está sendo integrado em uma crescendo nas práticas de negócios para melhorar a qualidade, garantir o abastecimento dos produtos e contribuir para os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). Desta forma, o negócio mais inclusivo para distribuidores de pequena escala é uma forma de melhorar a reputação corporativa, ganhar legitimidade em mercados locais e criar produtos “éticos”.

Portanto, soluções criativas são necessárias para interconectar os dois mundos, de tal forma que, enquanto os produtores em pequena escala, conquistam acesso a mercados, conhecimento, tecnologia e renda, os compradores se adaptam a um mercado limitado pela oferta e pode acessar, em melhores condições, a produtos-chave para suas necessidades, a um custo competitivo, e até obter acesso a produtos de alta qualidade.

Nessa perspectiva, um sistema de indicadores de sustentabilidade seria um conjunto ordenado e coeso de indicadores que permite a avaliação, monitoramento e o controle da sustentabilidade econômica. A partir dos processos de desenvolvimento social e ambiental em uma ou várias áreas geográficas (GALLPOÍN, 2006; LASTRA *et al.*, 2008).

2.3 REFLEXÕES EM BOURDIEU

A definição dominante e legítima da família tradicional, relaciona-se a consagrada à família. Tendo como apoio uma relação que envolve a casa, a família que constrói uma realidade em conjunto, a sua realidade social. De acordo com este entendimento, a família passa ser um conjunto de indivíduos relacionados, ou seja, ligados entre si por aliança, casamento ou por filiação, ou também por adoção (podem possuir um parentesco sanguíneo ou não) e vivem sob um mesmo local (BOURDIEU, 1962).

Assim, as relações familiares, em sua definição oficial, tendem a funcionar como princípios de construção e avaliação de todas as relações sociais. Como se costuma dizer, se é verdade que família é apenas um termo, também, é verdade que é uma categoria, um princípio coletivo de construção da realidade coletiva.

Mas se for admitido que família é apenas uma palavra, uma simples construção verbal, tentaremos analisar as representações que as pessoas têm do que chamam de família. Tendo esta como uma espécie de ideologia política que designa uma configuração valiosa de relações sociais, emitem uma série de pressupostos comuns a este discurso, cotidiano e acadêmico.

O primeiro conjunto de propriedades: por meio de uma espécie de antropomorfismo, consiste em atribuir a um grupo as propriedades de um indivíduo é concebido para família como uma realidade que transcende seus membros, um caráter transpessoal dotado de uma vida e espírito comuns e uma visão particular do mundo (BOURDIEU, 1962).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

A unidade doméstica é concebida como um agente ativo, dotado de vontade, capaz de pensando, sentindo e agindo e fundado em um conjunto de cognitivas e prescrições normativas sobre a maneira correta de viver as relações do doméstico.

Um universo do qual as leis ordinárias do mundo estão suspensas, pois a família é o lugar de confiança e de dar. Muitas vezes, e certamente universalmente, o discurso comum vem da família modelos ideais de relações humanas (por exemplo, com conceitos como fraternidade). Sempre que conceitos classificatórios como o de família, compreendem tanto uma descrição quanto uma prescrição, que não aparece como tal porque é quase universalmente aceita e admitida como normal.

Admitimos tacitamente que a realidade com a qual concordamos que o nome de família, e que nós colocamos na categoria de famílias verdadeiras, é uma família real. Assim, se podemos admitir, que a família é um princípio da construção da realidade social. É preciso lembrar, que este princípio de construção foi socialmente construído e que é comum a todos os agentes que foram socializados de uma certa forma (BOURDIEU, 1962).

A família é um princípio de construção, ao mesmo tempo imanente aos indivíduos (como coletivo incorporado) e transcendente em relação a eles, uma vez que reencontro na forma de objetividade em todos os outros. Inscritos ao mesmo tempo na objetividade das estruturas social e na subjetividade das estruturas mentais objetivamente orquestradas. Apresentar uma experiência com a opacidade e resistência das coisas, mesmo que sejam o produto de atos de construção que, como algumas críticas sugerem, devolve-os em aparência.

Assim, a família como categoria social objetiva (estrutura estruturante) é a fundação da família como uma categoria social subjetiva (estrutura estruturada). Uma categoria mental que é o início de milhares de representações e ações (casamentos, por exemplo,) que contribuem para reproduzir a categoria social objetiva. Este é o círculo da reprodução da ordem social.

O acordo quase perfeito que estabelece então entre as categorias subjetivas e as objetivas uma experiência fundamental do mundo como evidente, dado como certo. E nada parece mais natural do que família: essa construção social arbitrária parece estar do lado do natural e do universal. Se a família aparece como a mais natural das categorias sociais, e se parece destinado por isso a ser o modelo de todos os corpos sociais, deve-se ao fato da categoria das funções familiares.

Nos hábitos como esquema e princípio classificatório de construção do mundo social e da família como um corpo social particular, que adquire dentro de uma família como uma ficção social realizada. Na verdade, a família é o produto de um verdadeiro trabalho institucional, ritual e técnico, com o objetivo de se estabelecer de forma duradoura, em cada um dos integrantes da unidade instituído, sentimentos adequados para garantir a integração, que é a condição da existência e persistência desta unidade.

Os ritos da instituição (um termo que deriva do olhar (para sustentar, para ser estável), eles são direcionados para constituir a família como uma entidade unida, integrada, unitária, portanto estável, constante, indiferente às flutuações de sentimentos individuais. E aqueles atos inaugurais da



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

criação (imposição do sobrenome, casamento etc.) encontram sua extensão lógica nos inúmeros atos de reafirmação e reforço destinados a produzir, por um tipo de criação contínua, afetos obrigatórios e obrigações afetivas do sentimento familiar (amor conjugal, amor paterno e materno, amor filial, amor fraterno (BOURDIEU, 1962).

Para entender como a família passa de uma ficção nominal para tornar-se um verdadeiro grupo, cujos membros estão unidos por laços intensos afetiva, é preciso considerar todo o trabalho simbólico e prático que visa transformar a obrigação de amar em uma disposição amorosa e dotar cada um dos membros da família de um "espírito de família" (BOURDIEU, 1962).

Esse é gerador de devoções, generosidade, solidariedade (existem também as inúmeras trocas contínuas e ordinário da vida diária, trocas de presentes, serviços, ajudas, visitas, atenções, cortesias etc., bem como as trocas extraordinárias e cerimônias solenes de festas familiares - frequentemente sancionadas e eternizadas por meios de fotografias que consagrem a integração da família reunida).

Este trabalho de integração é ainda mais essencial do que a família, se deve, para existir e subsistir, afirmar-se como um corpo, sempre tende a funcionar como um campo, com suas relações de coerção física, econômica e sobretudo simbólica. Esta pode estar ligada, por exemplo, ao volume e estrutura de capital de propriedade de membros diferentes e as suas lutas pela conservação ou transformação destas relações coercitivas.

Mas a naturalização do arbitrário social tem o efeito de fazer esquecer que para que essa realidade que se chama família seja possível. É preciso atender a condições sociais que nada têm de universal e que, em qualquer caso, não eles são distribuídos uniformemente.

Em suma, a família, em sua definição legítima, é um privilégio instituído em norma universal. Privilégio que de fato implica em um privilégio simbólico: o de ser como deve, na norma e, portanto, ter um benefício simbólico da normalidade. Aqueles que têm o privilégio de ter uma família típica estão em posição de exigí-lo de todos, sem levantar a questão de condições universalização do acesso ao que eles exigem universalmente (BOURDIEU, 1962).

Este privilégio é, de fato, uma das principais condições da acumulação e transmissão de privilégios, econômicos, culturais, simbólicos. Sobre esse efeito, a família desempenha um papel determinante na manutenção da ordem social, na reprodução, não apenas biológica, mas social, ou seja, na reprodução da estrutura do espaço e relações sociais.

É um dos lugares por excelência da acumulação de capital em suas diferentes espécies e de sua transmissão entre gerações: ela preserva sua unidade por e para a transmissão, a fim de poder transmitir, e porque está na medida em que transmite. Ela é o principal "sujeito" das estratégias de melhoramento.

Isso se vê, por exemplo, na transmissão do sobrenome, que é literalmente o nome de família, um elemento primordial da capital simbólica hereditário: o pai nada mais é do que o sujeito aparente do nome de seu filho. Uma vez que ele o nomeia de acordo com um princípio que ele não domina e,



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

ao transmitir seu próprio sobrenome (o sobrenome do pai), transmite uma *auctoritas* da qual ele não é o *auctor*, e de acordo com uma regra que ele não criou.

O mais importante é a família, seja na escolha de uma escola ou de comprar uma casa. Por exemplo, no caso de habitação, as decisões da compra de imóveis geralmente mobilizam grande parte da linhagem (para por exemplo, os parentes de um ou outro dos cônjuges que emprestam dinheiro, e quem, como contrapartida, aconselham e influenciam a decisão econômica.)

É verdade que, em nesse caso, a família atua como uma espécie de "sujeito coletivo", segundo uma definição comum, e não como um simples agregado de indivíduos. Mas este não é o único caso em que a família é o reino de uma espécie de desejo transcendente que se manifesta em decisões coletivas, onde seus membros se sentem levados a agir como partes de um corpo unido.

Ou seja, todas as famílias, e dentro da mesma família, todos membros, não têm a mesma capacidade ou a mesma propensão para se conformar à definição dominante. Como visto de forma particularmente clara no caso de sociedades, onde o desejo de perpetuar a casa como um conjunto dos bens materiais norteia toda a existência. A tendência da família para perpetuar-se sendo, para perpetuar sua existência garantindo sua integração, é indissociável da tendência de seguir com a sua integridade do seu patrimônio, sempre ameaçado de dilapidação ou dispersão.

As forças que impulsionam a fusão, em particular, os dispositivos éticos que levam a identificar os interesses particulares dos indivíduos com os interesses coletivos da família, devem levar em consideração as forças de fissão. Ou seja, os interesses dos diferentes membros do grupo, mais ou menos inclinado a aceitar a visão comum e ainda capazes de impor seu ponto de vista "egoísta".

Condição de levar em consideração a estrutura das relações coercitivas entre os membros do grupo familiar funcionando como um campo, como uma estrutura que está sempre presente nas lutas no doméstico. Mas o funcionamento da unidade doméstica como campo encontra seu limite nos efeitos da dominação masculina voltados para a família para a lógica do corpo (a integração pode ser um efeito de dominação).

Uma das propriedades do dominante: ter famílias particularmente extensas e particularmente integrados. Se unem pelos laços de solidariedade, isto é, tanto para capital quanto para capital social, quanto o capital econômico. É claro, de fato, que nas sociedades modernas os principais responsáveis da construção de categorias oficiais de acordo com as quais estas são estruturadas sociedades.

As populações e espíritos são organizadas pelo Estado, que por meio de um todo trabalho de codificação acompanhado de efeitos econômicos e sociais muito reais (como abonos de família) acaba favorecendo uma certa forma de organização família, para reforçar aqueles que são capazes de se conformar com este modo de organização e estimular por todos os meios, materiais e simbólicos, o "conformismo lógico" e a "conformidade moral".

Como um acordo sobre um sistema de formas de apreensão e construção do mundo, no qual esta forma de organização, é categoria e certamente uma chave mestra. Colocando em ação sem



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

exame prévio de um pensamento de Estado, isto é, as categorias de pensamento do bom senso instilado pela ação do estado, estatísticos do estado contribuem reproduzir o pensamento estatista que faz parte das condições de funcionamento da família, essa realidade que se diz privada, de origem pública.

E o mesmo pode ser dito daqueles magistrados ou assistentes sociais que, muito espontaneamente, quando desejam prever os prováveis efeitos de uma sanção ou isenção de punição, ou mesmo avaliar a importância da punição atribuída a um jovem infrator, leve em consideração um certo número de indicadores de acordo com a ideia oficial familiar.

A visão pública (o nomos, no sentido, desta vez, de lei) é profundamente engajado em nossa visão das coisas domésticas, e ainda nossos comportamentos mais privados dependem de ações públicas, como política habitação, ou mais diretamente, política familiar.

Desta forma, a família é certamente uma ficção, um artefato social, uma ilusão no sentido mais vulgar do termo, mas uma "ilusão bem fundada" porque, produzida e reproduzida com a garantia do Estado, recebe do Estado, a todo o tempo, os meios de existir e subsistir.

2.4 AGRICULTURA FAMILIAR NO CONTEXTO BRASILEIRO

No contexto brasileiro, o primeiro indício de Agricultura Familiar surgiu no Nordeste, ainda no século XVI, marcada profundamente pelas origens coloniais da economia e da sociedade brasileira da época. Em se tratando do caso do Brasil, Wanderley apresenta considerações que o agricultor familiar, ainda que moderno inserido ao mercado econômico, infere-se que: [...] guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tanto porque ainda tem que enfrentar os velhos problemas, nunca resolvidos, como porque, fragilizado, nas condições da modernização brasileira, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças" (WANDERLEY, 1999, p. 52).

Depreende-se desse contexto, que a agricultura familiar brasileira foi marcada profundamente pelas origens coloniais, questões culturais como a vida dos camponeses e sua influência no funcionamento das unidades familiares de produção que permanecem até os dias atuais. Na contemporaneidade, percebe-se uma resignificação do conceito de rural, uma vez que a realidade a que se refere está passando por mudanças significativas. Destacando-se os seus vínculos como crescentes, a partir das trocas de bens, serviços e trabalho com setores urbanos.

Além disso, existe uma dissociação entre o rural e agrícola, uma diminuição em população empregada na agricultura, o aumento do emprego rural não agrícola e a participação feminina no trabalho que trazem as mutações na vida diária e familiar. Do ponto de vista teórico, a conceituação em torno da "nova ruralidade" visa dar conta dessa nova realidade, poli funcional e mais heterogênea, social e produtiva que a ruralidade tradicional (TEUBAL, 2001; GÓMES, 2002; PÉREZ, 2005; FAWAZ, 2007).

Embora a zona rural cumpra funções econômicas, sociais e ambientais para toda a sociedade, deve ser funcional também aos sujeitos que a sustentam. Portanto, a sustentabilidade dos



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

espaços rurais refere-se à qualidade de vida da sua população, pressupondo questões como pobreza e equidade.

Assim, o conceito de qualidade de vida, entendida como a satisfação das necessidades dos habitantes de um determinado espaço é parte fundamental do desenvolvimento sustentável. Incorporando componentes como expectativa de vida, educação, acesso a serviços básicos, habitação, saúde, emprego, renda, capital social e participação. Até mesmo variáveis psicossociais para incorporar a percepção da comunidade e das pessoas (SEPÚLVEDA et al., 2008, PNUD, 2008; OLAVE; FAWAZ, 2008).

Estudos recentes argumentam que o desenvolvimento rural na América Latina deve assumir uma abordagem territorial e visa resolver as situações de pobreza e desigualdade para alcançar a sustentabilidade. Esta nova visão de desenvolvimento na área rural sustentável a concebe como um processo produtivo, social e estabelecimento institucional em uma determinada área rural, principalmente voltada para a redução da pobreza rural.

Portanto, um setor agrícola mais dinâmico e inclusivo poderia reduzir drasticamente a pobreza rural e ajudaria os países alcançar o objetivo de desenvolvimento do Milênio de redução da pobreza da fome. Na verdade, as estimativas econométricas entre os países mostram que o crescimento do PIB global teve origem na agricultura é, em média, pelo menos duas vezes mais eficaz em que beneficiam a metade mais pobre da população de um país, do que o crescimento gerado por setores não agrícolas.

Unindo os pequenos produtores aos mercados dinâmicos oferece uma oportunidade para reduzir a pobreza mais rápido, garantindo que os produtos sejam gerados comercialmente viáveis o que ajuda pequenos produtores a enfrentarem os desafios estruturais de seu ambiente.

Porém, essa ligação também enfrenta grandes desafios. Pois o investimento significa que os produtores de pequena escala em países de baixa e média renda, muitas vezes operem com uma infraestrutura inadequada (em termos de estradas, eletricidade, irrigação e condições de mercado), eles têm muito poucas oportunidades de desenvolver habilidades, falta acesso a serviços (treinamento, crédito, insumos) e são altamente dependentes das condições climáticas. Conforme a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2018):

Dependência dos recursos naturais e dos processos biológicos confere maior rigidez ao processo produtivo e menor flexibilidade em decorrência de alterações de mercados ou na economia e, conseqüentemente, maiores riscos às atividades agrícolas. Aos riscos climáticos e de produção (bióticos), somam-se os riscos relacionados à gestão, ao mercado e ao ambiente institucional. Isso faz com que os gestores das atividades agrícolas precisem monitorar constantemente os riscos associados à agricultura, para que possam geri-los de maneira integrada, utilizando-se de adequadas estratégias e ferramentas inovadoras (EMBRAPA, 2018).

É apreciado, hoje, que a agricultura moderna e capitalizada coexiste cada vez mais com formas de produção mais tradicional, que ainda prevalece na agricultura familiar, apresentando



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

situações de assimetria social e territorial, e até novos critérios de diferenciação entre pequenos produtores.

Na verdade, alguns segmentos têm sido capazes de inovar e se adaptar às oportunidades que se abrem, desde que outros permaneçam como produtores de subsistência, sejam assalariados, emigrem ou desenvolvem estratégias de trabalho pluralmente ativas. Assim, reconhece-se que a sustentabilidade da pequena produção agrícola tem a ver com sua capacidade de se adaptar a novas condições e gerar a renda necessária à reprodução da família e da unidade produtiva (ODEPA, 2005; FAWAZ, 2007; GORE, 2010).

Isso significa investimento, inovação e novas formas de gestão e na sua implantação a partir de programas de desenvolvimento produtivo do Estado, municípios e do agronegócio.

Todos esses desempenham um papel central, ao aproximar as informações de mercado, inovação e capacitação para produtores. A vida privada e familiar também é transformada com a modernização da sociedade e, acompanhada da questão da equidade de gênero. Essa relação é vista com cada vez mais frequência no mundo contemporâneo, como também especificamente no grupo composto pela agricultura familiar.

Dados esses desafios e os altos custos de recrutamento associados a uma coleta, classificação e agrupamento de volumes de produtores dispersos, os compradores confiaram mais na solidez dos grandes produtores. No entanto, os mercados deixaram de ser impulsionados pelo comprador e será limitado pela oferta, ou seja, a disponibilidade de produtos. Em uma era de escassez e limitações de abastecimento em recursos naturais.

De fato, nas últimas décadas ocorreram mudanças visíveis na situação de mulheres, ao adquirirem os seus direitos civis, sociais e políticos. Além das transformações significativas trazidas na dinâmica familiar e as visões sobre o papel de mulheres e dos homens na vida privada e na sociedade. Esses fatores, demonstraram uma reprodução das desigualdades de gênero. Na esfera privada, a família tradicional desempenhou um papel na legitimação, como Bourdieu aponta, um certo divisão sexual do trabalho.

O trabalho doméstico produtivo faz parte do seu trabalho reprodutivo regular, aquele que não foi socialmente ou economicamente reconhecido como trabalho produtivo. Essas permanecem invisíveis como tal no nível familiar, mesmo diante deles próprios e nas estatísticas. Consequentemente, esta dimensão aparece como relevantes para avaliar a sustentabilidade dos espaços rurais no contexto da nova ruralidade.

Este último tem uma especificidade particular no mundo rural, na medida em que o as mulheres realizam trabalhos produtivos tanto na esfera privada como na pública. Outras instituições, agentes e campos (institucionais, educacionais, religiosos) têm contribuído a esfera pública, de diferentes maneiras em tempos diferentes, para manter essa visão. Um papel central tem sido desempenhado pelo Estado e pelas políticas que vem implementando (BOURDIEU, 2002; VALDÉS, 2007).



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

Considerando que os atores locais têm capacidade para serem participantes ativos e não simples beneficiários deste processo. Assim, a participação constitui um meio para através do qual a população local exerce influência e controle sobre as decisões que afetam. Os grupos desfavorecidos se mobilizam em busca das suas demandas. É tratado assim, de um empoderamento de atores e comunidades locais, mesmo em um contexto social que é orientado para um aprofundamento das conexões globais (MORRISSEY, 2000).

Os meios de subsistência são a capacidade de adquirir diversas atividades de subsistência e são denominados como: capital humano, capital natural, físico, social e financeiro, podendo ser individual ou coletivo (DONOVA; POOLE, 2014). Além de permitir que os agricultores tenham estratégias para ganhar melhores estilos de vida, como mais renda, aumento do bem-estar, redução da vulnerabilidade, entre outros (SOINI, 2005; MENDÉN et al., 2010).

De acordo com Katlyn *et al.*, (2013), para avaliar os meios de subsistência, o contexto social, cultural e político deve ser levado em consideração, enfatizando as políticas globais e locais, a globalização, as redes de mercado e os desafios ambientais.

O termo sustentabilidade dos meios de subsistência geralmente se refere à resiliência dos agricultores e a choques ou tensões ambientais, econômicas e sociais (KATLYN *et al.*, 2013). A diversificação dos meios de subsistência está relacionada a estratégias de como as populações rurais podem gerenciar riscos, manter a resiliência, enfrentar e se adaptar ao estresse ou choques.

A economia rural se diversifica com o surgimento de atividades agroindustrial. Com empresas alimentícias vinculadas à residência como a elaboração de compotas, conservas entre outros, processos de extração de recursos naturais, oferecer e cuidar de tais recursos, elaboração de artesanato; serviços relacionados com o turismo e entretenimento, instalação de indústrias de manufatura, serviços e comércio etc. (GRAJALES *et al.*, 2006, p. 38).

Por sua vez, o precedente faz com que as fontes da renda familiar, ou seja, a pluriatividade no emprego tenha uma evolução. O trabalho assalariado cresce tanto para a agricultura quanto para terceiros com essas atividades. Boa parte dessa oferta de trabalho não é muito especializada e de baixa remuneração.

Os fluxos crescentes de trabalhadores migrantes são gerados, pois muitos dos que foram deslocados das suas atividades tradicionais em seus locais de origem, em decorrência da própria reestruturação econômica. Este trabalho geralmente chega em condições altamente vulneráveis.

As migrações ocorrem em diferentes sentidos, pois também os habitantes das comunidades rurais migram de forma pendular, temporária ou permanente para áreas urbanas ou outras áreas rurais e vice-versa. A paisagem rural é reavaliada e isso provoca um fluxo crescente de turistas no meio urbano. No entanto, isso só acontece para determinados territórios que têm paisagens “atrativas”, enquanto para a maioria há abandono de investimento privado e às vezes até público.

Os grandes investimentos são feitos para construir residências para ambos na migração permanente como para casas de fim de semana. Vários dos pontos acima dão origem a graves impactos ambientais e a paisagem, devido ao desmatamento.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

A introdução de plantas de maior apelo comercial e a expansão da agricultura protegida, com a abertura de minas, a construção de infraestrutura, empreendimentos turísticos e áreas para esse lugar.

Há um processo crescente de polarização social nas comunidades das áreas rurais, principalmente devido ao deslocamento dos pequenos produtores que não podem competir em cadeias comerciais. De acordo com a Emprap, 2018, na publicação, Visão 2030: O Futuro da Agricultura Brasileira.

Nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil vivia processos de industrialização e urbanização e de forte crescimento econômico, que, contudo, não encontravam correspondência no setor agrícola do País, caracterizado então por baixa produtividade. Parte considerável do abastecimento interno de alimentos provinha das importações. Por falta de tecnologia adaptada à produção tropical, os cerrados eram áreas marginais na produção agrícola. A migração rural-urbana se intensificava de maneira impressionante, fruto da imensa pobreza rural nacional (EMBRAPA, 2018).

Contudo, de forma histórica a exclusão no acesso ao imóvel para residentes de baixa renda, como resultado do aumento no custo da terra. A ruralidade globalizada tornou-se um campo de lutas, tanto pelas ações de resistência dos habitantes às imposições globais, bem como pelos confrontos entre grupos com diferentes interesses e visões da natureza.

O território rural surge como novo objeto de estudo, antes ignorados, com a questão ambiental, étnica ou de gênero. Em questões ambientais, discursos relacionados à defesa da natureza, embora muitas delas tenham os seus próprios fins comerciais. Tais dimensões estruturais não podem ser analisadas à luz do pórtico analítico e conceitual usado na sociologia rural tradicional, que privilegia o uso de dualidades para marcar claramente a diferença entre o espaço rural e o urbano.

Por esse motivo, desde a década de 1990, novos conceitos como a multifuncionalidade da agricultura na Europa, ou a nova ruralidade na América Latina, cujo objetivo é dar conta dessa diferença e da complexa relação que hoje é vivido em pequenas comunidades. Para ter uma visão mais específica os fenômenos que os caracterizam, segundo Carton de Grammont (2008).

Segundo Cristóbal Kay (2009), o conceito da nova ruralidade remete a principalmente a quatro grandes transformações no mundo rural a partir de 4 marcos. O primeiro, seria o desenvolvimento de atividades produtivas fora do talhão ou fazenda, o aumento da flexibilidade e a feminização do trabalho rural, a crescente interação entre as áreas rurais e o urbano, e a importância da migração temporária, pendular e definitiva.

Todos esses elementos, que já existem há muito tempo, mas que agora se intensificaram, geram as novas oportunidades para moradores rurais. Mas também áreas sem precedentes de vulnerabilidades iguais ou mais graves do que as que existiam no passado. Isso exige uma maneira diferente de analisar fenômenos rurais e responder a eles.

O conceito de nova ruralidade tem sido alvo de críticas, visto que se discute se os fenômenos que são experimentados hoje são realmente novos ou se são problemas antigos que foram ignorados



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

(RIELLA; ROMERO, 2003). Também é notado que é um conceito que nunca foi desenvolvido de forma sistemática e rigorosa, e mesmo que tenha sido abusado para promover a legitimidade de certas ações.

Quanto à primeira crítica, esta é irrelevante, pois o importante é não discutir a novidade ou não das condições atuais no campo, mas enfatizando que, no quadro da globalização econômica, a explicação dicotômica rural-urbana, onde rural é entendido como espaço de produção agrícola e urbano como espaço da indústria e dos serviços, não tem mais valor explicativo para García Bartolomé, (1996).

Além de enfatizar a presença de um “novo” mundo rural alheio ao que aconteceu no passado, a nova ruralidade destaca que os fenômenos que hoje caracterizam a vida em pequenas comunidades são tão complexos que não podem mais ser estudados segundo visões reducionistas. Já que estas estudam o agrário a partir de um ponto de vista setorial ou pretendem estudar os fenômenos separando suas partes.

Pelo contrário, com o conceito de nova ruralidade o que se pretende é ter uma visão mais ampla que investiga o rural como um todo e de uma perspectiva territorial (PÉREZ; FARAH, 2006; FRIEDLAND, 2002). De modo a enfatizar a multifuncionalidade dos espaços rurais e a inter-relação existente entre as áreas rurais e urbano e entre o local e o global para Llambí, (2004).

Uma perspectiva que igualmente destacam a enorme heterogeneidade de atores e situações que são vivenciadas no campo, a importância dos recursos naturais, sua crise atual, bem como o papel dos recursos naturais da população rural e o seu uso, manejo e conservação (PÉREZ; FARAH, 2006).

Por fim, a riqueza e heterogeneidade dos fenômenos que hoje caracterizam vida rural faz técnicas de pesquisa exclusivamente quantitativas não são suficientes para ver e compreender tudo o que está acontecendo.

Nesse sentido, a política pública de maior importância para o cenário agrícola brasileiro, tem sido o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) criado em 1995 pelo decreto nº 2.191 e, em 1996 foi instituído pelo decreto 1.946, voltado para a linha de crédito, visando o financiamento da produção e investimentos, e desde então vem se consolidando como a mais importante ferramenta da Política Pública visando o segmento da Agricultura familiar.

Existem vários programas envolvendo o PRONAF, entre eles podemos citar: - PRONAF – AGROINDÚSTRIA: Linha para o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visam o beneficiamento, o processamento e a comercialização da produção agropecuária e não agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e a exploração de turismo rural. - PRONAF AGROECOLOGIA: Linha para o financiamento de investimentos dos sistemas de produção agroecológicos ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento. - PRONAF ECO: Linha para o financiamento de investimentos em técnicas que minimizam o impacto da atividade rural ao meio ambiente, bem como permitam ao agricultor melhor convívio com o bioma em que sua propriedade está inserida. - PRONAF –



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

FLORESTA: Financiamento de investimentos em projetos para sistemas agroflorestais; exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas.

PRONAF - SEMIÁRIDO: Linha para o financiamento de investimentos em projetos de convivência com o semiárido, focados na sustentabilidade dos agroecossistemas, 21 priorizando infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não agropecuários, de acordo com a realidade das famílias agricultoras da região Semiárida.

PRONAF – SUSTENTÁVEL: Trata-se de um Programa do Governo Federal voltado para a agricultura familiar, com o objetivo de tratar a propriedade rural como um todo, orientando, coordenando e monitorando a implantação de financiamentos, levando em conta fatores sociais, econômicos e ambientais com respeito às especialidades locais.

PRONAF MAIS ALIMENTOS – Investimento: Destinado ao financiamento da implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, agropecuários ou não agropecuários, no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas. Existem também as linhas de Microcrédito Rural, que é destinado aos agricultores de baixa renda, que permite o financiamento das atividades agropecuárias e não agropecuárias, podendo os créditos cobrir qualquer demanda que possa gerar renda para a família atendida. Foi criado em 2000, no âmbito do PRONAF, com a finalidade de combater a pobreza rural, viabilizando o potencial produtivo deste público, permitindo estruturar e diversificar a unidade produtiva. A operacionalização do Microcrédito Rural é feita com recursos do Tesouro Nacional e dos Fundos Constitucionais do Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Oferece bônus de adimplência sobre cada parcela da dívida paga até a data de seu vencimento. Além de ser ofertado com taxa de juros de 0,5% ao ano e ter prazo de reembolso de até dois anos para cada financiamento.

A agricultura familiar responde por sete de cada dez empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola, favorecendo o emprego de práticas produtivas e ecologicamente mais equilibradas, como a diversificação de cultivos, o menor uso de insumos industriais e a preservação do patrimônio genético. Em 2009, cerca de 60% dos alimentos que compuseram a cesta alimentar originaram-se da agricultura familiar, graças aos diversos programas criados para fortalecer esta classe.

3 METODOLOGIA

Os dados secundários utilizados para analisar e retratar as características socioeconômicas da agricultura familiar no Norte e Nordeste do Brasil são provenientes do último Censo Agropecuário realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia destinado a demonstrar sua importância para o desenvolvimento rural regional.

É pertinente registrar que há grande heterogeneidade interna entre os tipos de agricultores que formam o universo da agricultura familiar, conforme tem sido destacado pela literatura



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

especializada (ABRAMOVAY; WANDERLEY; FANFANI, 2009, GÓMES, 2002; PRONAF, 1996; PAA, 2003; EMBRAPA, 2018, BOURDIEU, 1962; CASTELLS, 1998; VALDÉS, 2007; FARAH, 2008).

O estudo acerca da agricultura familiar e a sua contribuição para o setor econômico e social, partindo do pressuposto que a temática vem despertando crescente interesse para estudantes e pesquisadores destas áreas no Brasil, em diferentes momentos. Bem como a sua trajetória e ao tentar realizar uma ligação das ideias de Bourdieu com diversos autores ao enfatizarem em suas análises a natureza, as especificidades e os fundamentos da agricultura familiar.

Conclui-se que os modelos de determinação de renda podem contribuir para a formulação de políticas econômicas, visto que apontam quais fatores influenciam no processo de geração de renda. A metodologia utilizada na análise desta pesquisa, consiste na criação de políticas públicas como determinação de renda para os agricultores familiares, na qual as informações foram introduzidas conforme a divulgação dos órgãos como a EMBRAPA, PRONAF e PAA nos sites do governo junto as pesquisas já realizadas sobre o tema, nos últimos dez anos.

Logo, este estudo se limita a fazer estimativa a análise da importância da agricultura familiar para o desenvolvimento econômico local e regional. A utilização da metodologia se justifica a partir do entendimento de que a identificação dos fatores que influenciam o processo de geração de renda na agricultura familiar pode auxiliar na proposição de políticas públicas voltadas ao desenvolvimento dessa categoria.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na tentativa de fortalecer a agricultura familiar, o Governo tem ampliado uma série de programas, com o objetivo de melhorar a vida de muitas famílias que vivem no campo, dando a eles a oportunidade de inserir no mercado os produtos que produzem. Como podemos verificar os programas elencados abaixo:

O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), criado em 2003, para colaborar com o enfrentamento da fome e da pobreza no Brasil e ao mesmo tempo, fortalecer a agricultura familiar. Parte dos alimentos é adquirida pelo governo diretamente dos agricultores familiares, assentados da reforma agrária, comunidades indígenas e demais povos e comunidades tradicionais, para a formação de estoques estratégicos e distribuição à população em maior vulnerabilidade social. Os produtos destinados à doação são oferecidos para entidades da rede socioassistencial, nos restaurantes populares, bancos de alimentos e cozinhas comunitárias e ainda para cestas de alimentos distribuídas pelo Governo Federal.

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), por meio da lei 11.947/2009, a agricultura familiar passa também a fornecer gêneros alimentícios a serem servidos nas escolas da Rede Pública de Ensino. Para quem produz alimentos, a iniciativa contribui para que a agricultura familiar se organize cada vez mais e qualifique suas ações comerciais. Para quem adquire esses produtos, o resultado desse avanço é mais qualidade da alimentação a serem servidas, manutenção e apropriação de hábitos alimentares saudáveis e maior desenvolvimento local de forma sustentável.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR), componente do Programa Minha Casa Minha Vida, com o objetivo de reduzir o déficit habitacional rural, incentivando a manutenção da família no campo e oferecendo moradia digna por meio de reforma ou da construção de novas moradias. As Unidades Habitacionais deverão atender as condições mínimas estabelecidas pelo 23 Programa, garantindo qualidade, soluções de água, esgoto, iluminação, segurança e habitabilidade. Podem-se beneficiar com o PNHR, os produtores rurais familiares com Renda Bruta Anual Familiar de até R\$ 60 mil. Para serem considerados beneficiários, devem garantir o cumprimento de todas as exigências do Programa e do apoio das Entidades Organizadoras, como as de seu município.

São de bastante relevância as linhas de créditos, assim como os programas disponibilizados pelo Governo Federal, com o objetivo de fortalecer a agricultura familiar, dando uma vida mais digna ao agricultor rural, como os programas citados acima.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo buscou analisar a importância da agricultura brasileira, uma temática de suma importância no processo de desenvolvimento regional. Os agricultores familiares de economia familiar produzem a maioria dos alimentos que são consumidos, geram emprego e renda em suas propriedades. No entanto, vale ressaltar que o setor necessita de incentivos, de recursos financeiros, da assistência técnica, de programas e políticas públicas.

Então, é indispensável o fortalecimento e desenvolvimento de políticas públicas, que necessitam contar com o apoio dos movimentos sindicais, de associações, de cooperativas. Um processo que necessita de um planejamento em médio e longo prazo, não só das políticas públicas, mas também, dos agricultores ao buscar novos conhecimentos científicos e tecnológico para a qualificar o processo produtivo.

Portanto, ao associar o processo de produção da agricultura familiar desenvolvido ao longo dos anos, de certa forma dialoga com os preceitos estabelecidos por Pierre Bourdieu, ao descrever a família. Um caminhar que contempla os laços familiares, os quais desenvolvem a força de trabalho produtiva em suas respectivas propriedades rurais. Um andar que permite demonstrar as evidências empíricas, dos grandes desafios que as famílias rurais encontram para avançar e conquistar melhorias produtivas, conquistar o bem-estar, um processo que necessita do fortalecimento no processo de participação social, das contribuições do capital social, das organizações locais, como fatores que podem mobilizar recursos e alianças estratégicas.

Assim, a contribuição dos agricultores para a definição, priorização e solução de seus problemas é fundamental a adoção de estratégias adequadas à realidade local, assumindo um compromisso com o desenvolvimento local e avaliando o impacto das políticas de desenvolvimento, segundo Fawaz e Vallejos (2008), Loewy, (2008). Portanto, o ambiente na agricultura familiar necessita de gestão, de processos inovativos, a busca de novos nichos de mercado, uma atenção especial para com as questões ambientais, na busca da sustentabilidade. Um caminhar que



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

necessita das políticas públicas, da participação de organizações, associativistas/cooperativistas, sindicais para fortalecer as famílias que constituem a agricultura familiar.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo: Hucitec, 1992.
- BERDEQUÉ, J. A.; SCHEITMAN, A. **La desigualdad y la pobreza como desafíos para el desarrollo rural**. Santiago de Chile: Centro Latinoamericano para el Desarrollo Rural, RIMISP, 2007.
- BOURDIEU, P. Célibat et condition paysanne, Rural Etudes -Les Strategies matrimoniales dans le systeme des Strategies de reprodução. **Annales**, 4-5, julho-outubro de 1972.
- BOURDIEU, P. **Razones prácticas**. Sobre la teoría de la acción. Barcelona: Anagrama, 2000.
- BRASIL. Lei n. 11.326, de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ano 143, n. 141, p. 1-2, 25 jul. 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm. Acesso em: out. 2022.
- CARTON, de G. H. **El concepto de nueva ruralidad**. En: E. Pérez, M. A. Farah y H. Carton de Grammont (Comps.), *La nueva ruralidad en América Latina. Avances teóricos y evidencias empíricas*. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, Clacso. 2008. p. 23-44.
- CASTELL, M. **La era de la información**. Economía, sociedad y cultura. Madrid: Alianza Editorial, 1999.
- CHIAPPE, M., B. G. F.; DOGLIOTTI MORO, S. Indicadores sociales para la evaluación de la sustentabilidad de sistemas de producción familiares intensivos. En: Tolón Becerra, A., y Lastra Bravo, X. (Eds.). *Actas del II Seminario Internacional de Cooperación y Desarrollo en Espacios Rurales Iberoamericanos. Sostenibilidad e indicadores*. Almería, España: Universidad de Almería/AECID. 2008. p. 173-88.
- CHIRIBOGA, M. **Innovación, conocimiento y desarrollo rural**. Documento RIMISP, 2003. Recuperado el 21 de septiembre de 2009.
- COOKE, B.; KOTHARI, U. **Participation: the new tyranny?** London: Zed, 1998.
- DANSE, M. y V. S. Small-scale Farmer Access to International Agri-food Chains. **Greener Management International**, 2005.
- ELDERI, S. D.; ZERRIFFI, H.; BILLONET, L. P. Is Fairtrade certification greening agricultural practices? An analysis of Fairtrade environmental standards in Rwanda. **Journal of Rural Studies**, 2013.
- EMBRAPA. 2018. Disponível: <http://www.embrapa.br/pt/web/portalesquisa-e-desenvolvimento/portfolios>. Acesso em: maio 2022.
- FARAH, M. A. Cambios en las relaciones de género en los territorios rurales: aportes teóricos para su análisis y algunas hipótesis. **Revista Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 5, n. 61, 2008.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

FAWAZ, M. J.; SOTO, P. Familia rural en la región del Bío-Bío, Chile. Entre la continuidad y el cambio. En: Zicavo, N. (Comp.) La familia en el siglo xxi. **Concepción**, Chile: Ed. Univ. del Bío-Bío, 2007. p. 153-70.

FRIEDLAND, W. H. **Agriculture and Rurality**: Beginning the “Final Separation”? **Rural Sociology**, v. 67, n. 3, 2002

GALLOPIN, G. Los indicadores de desarrollo sostenible: aspectos conceptuales y metodológicos. *In*: **Seminario de Expertos sobre Indicadores de Sostenibilidad en la formulación y seguimiento de políticas**. Santiago de Chile: FAO-Fodepal (paper). 2006.

GARCIA, B. J. **Los procesos rurales en el ámbito de la Unión Europea**. En H. Carton de Grammont y H. Tejera (Coords.), La sociedad rural mexicana frente al nuevo milenio. México D. F.: INAH, UNAM, UAM, Plaza y Valdés, 1996. vol. II, p. 35-68.

GÓMES, S. **La “Nueva Ruralidad” ¿Qué tan nueva?** Chile: Universidad Austral de Chile, Ediciones Ltda, 2002.

GÓMES, S. **La “nueva” ruralidad**. ¿Qué tan nueva? Santiago de Chile: LOM Ed. 2002.

GRAJALES, S. et ál. Las construcciones teórico conceptuales sobre la nueva ruralidad. En M. Hernández González e I. Meza Huacuja (Coords.), Nueva ruralidad. **Enfoques y propuestas para América Latina**. México D. F.: Centro de Estudios para el Desarrollo Rural Sustentable y la Soberanía Alimentaria, 2006. p. 29-69.

GUBRIUM, J. F.; JAMES A. H. **What is Family?**, Mountain View, Cal., Mayfield, Publishing Co, 1990.

KATLY, S. M.; MÉNDEZ, V. E.; OLSON, M. B. Los meses flacos: seasonal food insecurity in a Salvadoran organic coffee cooperative. **The Journal of Peasant Studies**, v. 40, n. 2, 2013.

LASTRA, X.; TOLÓN, A.; RAMÍREZ, M. Metodologías para la caracterización de los sistemas de indicadores de sostenibilidad y análisis de su evolución. En: Tolón, A., y Lastra, X. (Eds.). **Actas del II Seminario Internacional de Cooperación y Desarrollo en espacios rurales iberoamericanos. Sostenibilidad e indicadores**. Almería, España: Universidad de Almería/AECID, 2008. p. 213-25.

LLAMBÍ, L. Nueva ruralidad, multifuncionalidad de los espacios rurales y desarrollo local endógeno. En E. Pérez y M. A. Farah (Eds.), **Desarrollo rural y nueva ruralidad en América Latina y la Unión Europea**. Bogotá: Pontificia Universidad Javeriana, 2004. p. 91-107.

MENDÉN, V. E.; BACON, C. M.; OLSON, M.; PETCHERS, S.; HERRADOR, D.; CARRANZA, C.; TRUJILLO, L.; Guadarrama-Zugasti, C.; Cordón, A.; Mendoza, A. Effects of Fair Trade and organic certifications on small-scale coffee farmer households in Central America and Mexico. **Renewable Agriculture and Food Systems**, v. 25, n. 3, 2010.

MORRISSEY, J. Indicators of citizen participation: lessons from learning teams in rural EZ/EC communities. **Community Development Journal**, v. 35, n. 1, 2000.

PÉREZ, E. Desafíos sociales de las transformaciones del mundo rural: nueva ruralidad y exclusión social. En: **Un desafío para el desarrollo humano**. Santiago: Programa de Naciones Unidas para el Desarrollo/ Gobierno de Chile, 2005. p. 17-32.

PÉREZ, E.; FARAH, M. A. Nueva ruralidad en Colombia. En M. HERNÁNDEZ GONZÁLEZ, I.; MEZA HUACUJA (Coords.), **Nueva ruralidad. Enfoques y propuestas para América Latina**. México D. F.: Centro de Estudios para el Desarrollo Rural Sustentable y la Soberanía Alimentaria, 2006. p. 77-126.



RECIMA21 - REVISTA CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR
ISSN 2675-6218

OS DESAFIOS HISTÓRICOS NA AGRICULTURA FAMILIAR
 Antonio José Santos, Marcia Maria Rodrigues Sá, Nelson José Thesing

RIELLAi, A., R.. J. Nueva ruralidad y empleo no agrícola en Uruguay. En M. Bendini y N. Steimbregger (Coords.), **Territorios y organización social en la agricultura**. Buenos Aires: GESA-Editorial La Colmena, 2003. p. 157-164.

SEPÚLVEDA, S.; CHAVARRÍA, H.; ROJAS, P.; B. M. Metodología para estimar el nivel de desarrollo sostenible en espacios territoriales. En: Sepúlveda, S. (Comp.). **Biograma**: metodología para estimar el nivel de desarrollo sostenible de territorios. Costa Rica: IICA, 2008. p. 23-46.

SOINI, E. Changing livelihoods on the slopes of Mt. Kilimanjaro, Tanzania: Challenges and opportunities in the Chagga homegarden system. **Agroforestry Systems**, 2005.

SPEELMAN E.N.; GROOT J. C. J.; GARCIA-BARRIOS, L. E.; KOK, K.; KEULEN v. H.; TITTONELLI, P. From coping to adaptation to economic and institutional change-Trajectories of change in land-use management and socialorganization in a Biosphere Reserve community, *Mexico*. **Land Use Policy**, 2014.

TEUBAL, M. **Globalización y nueva ruralidad en América Latina**. En: ¿Una nueva ruralidad en América Latina? Buenos Aires: Clacso, 2001.

VALDÉS, X. **La vida en común**. Familia y vida privada en Chile y el medio rural en la segunda mitad del siglo XX. Santiago: LOM/Usach, 2007.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raíces Históricas do Campesinato Brasileiro. In: TEDESCO, João Carlos (org.). Agricultura Familiar Realidades e Perspectivas. 2. ed. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. Cap. 1, p. 21-55.

WOODS M. Engaging the Global Countryside: Globalization, Hybridity and The Reconstitution of Rural Place. **Progress in Human Geography**, v. 31, n. 4, 2007.